



Raimundo Valentim/AE

Langoni: "Risco de ataque especulativo foi totalmente exorcizado"

Único risco de colapso é o ajuste relaxar, diz Langoni

Ex-presidente do Banco Central acredita que o Brasil fez o melhor acordo de sua história

JÓ GALAZI

RIO — O Brasil fez com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o melhor acordo de sua história e ainda se pôs no centro de uma fortaleza inexpugnável contra ataques externos. Risco de um fracasso só existe se o governo, diante da relativa facilidade com que o acordo foi concluído e a disponibilidade de recursos, relaxar no programa de ajuste fiscal, deixando de executá-lo rigidamente.

A avaliação é do ex-presidente do Banco Central Carlos Geraldo Langoni, hoje presidente do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi ele que anunciou a moratória do Brasil no início dos anos 80 e depois se bateu com o FMI na formalização de um acordo que se transformou praticamente em uma novela. Desta vez, contudo, tudo parece diferente. O Brasil foi negociar ainda com um volume alto de reservas cambiais e já está em uma posição que torna importante para todos que ele continue de pé. O FMI, por seu turno, sentou-se para negociar no traumático clima aberto pela quebra dos tigres asiáticos e da Rússia — daí a rapidez com que veio o socorro ao Brasil, aliás antes mesmo que o País atingisse a uma situação limite.

Claro que há espinhos pela frente, alerta ele. Com a sua experiência, Langoni diz que a parte mais problemática no monitoramento do FMI não são as metas anuais. Por isso, desde que o governo faça o ajuste, ele considera perfeitamente factível a execução das metas anuais de déficit nominal (inclui o pagamento de juros). O que cria dificuldades com o fundo, avisa, é o cronograma vinculado aos desem-

bolsos de recursos, ou seja, aos exames trimestrais e semestrais (estes últimos, formais).

De acordo com ele, é difícil, tendo como base um período de três meses, definir a trajetória anual do déficit — muitas vezes, os resultados de um trimestre não impedem a perfeita execução do objetivo, mas isso nem sempre parece claro. Daí as discussões e revisões. "Precisamos observar se o FMI tornará mais flexível a execução temporal das metas", assinala.

Pelo menos neste primeiro momento, em que nem tudo está detalhado, Langoni não prevê outras dificuldades importantes. Ele diz, por exemplo, que o cálculo que o governo fez, de uma taxa de juros média de 21,89% para 1999, é perfeitamente compatível com a redução do déficit nominal, de mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,7%, se o governo, de fato, lograr obter um superávit primário (não inclui juros) de 2,6% do PIB. "O exercício matemático foi perfeito", qualifica.

Naturalmente, enfatiza, uma taxa de juros média de 22% é ainda excessivamente alta. Em média, significa que no primeiro trimestre elas estarão perto de 30% e no fim do ano vão cair um pouco abaixo de 20%. Pa-

ESTRATÉGIA
DO BC É
CONSIDERADA
CORRETA

ra uma economia com inflação baixa como a brasileira, lembra, acaba-se tendo de conviver com uma taxa de juros real média de 20% ao ano. Isso é asfixiante, reconhece, mas também ressalta que o Banco Central não poderia ter mesmo outra atitude, reduzindo os juros mais aceleradamente.

O BC, conforme entende, está sendo "corretamente conservador" com a trajetória de queda dos juros, já que a estratégia deve ser acompanhar as expectativas de mercado e não procurar antecipar-se a essas expectativas. Isso porque o governo, recorda, tem ainda de vencer o histórico de credibilidade das políticas anteriores, quando deixou de cumprir suas promessas e se tornou pouco confiável.